



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO DANIEL DONIZET - GAB. 15



**PARECER Nº \_\_\_\_\_, DE 2020**

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o Projeto de Lei n. 913, de 2020, que "Institui e inclui no Calendário Oficial de eventos do Distrito Federal o Dia do Policial Penal".**

**AUTOR(A): Deputado Reginaldo Sardinha**

**RELATOR(A): Deputado Daniel Donizet**

## **I - RELATÓRIO**

Submete-se a esta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos de admissibilidade, o Projeto de Lei n. 913/2020, de iniciativa do nobre deputado Reginaldo Sardinha, que *"Institui e inclui no Calendário Oficial de eventos do Distrito Federal o Dia do Policial Penal"*.

O art. 1º estabelece que *"Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Policial Penal, a ser comemorado no dia 04 de dezembro"*.

O art. 2º dispõe que *"Revogam-se as disposições em contrário"*.

O art. 3º prevê que *"Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação"*.

Na justificção, o autor informa que a *"presente proposta encontra amparo legal em face da aprovação no Congresso Nacional da PEC nº 372/2017, que criou as polícias penais"*.

Acrescenta ainda, outros argumentos que julga favoráveis à proposição.

A proposição foi distribuída para a análise de mérito pela CSEG e para a análise de admissibilidade pela CCJ. A matéria foi aprovada na CSEG, sem emendas.

Encaminhada a proposição para esta Comissão e aberto o prazo regimental, não houve apresentação de emendas.

**É o Relatório.**

## **II – VOTO DO RELATOR**

Conforme disposto nos artigos 63, I e § 1º, e 210, caput, do Regimento Interno, incumbe a esta Comissão de Constituição e Justiça proferir parecer acerca da admissibilidade das proposições em geral quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, proferindo parecer de caráter terminativo quanto aos três primeiros aspectos.

A proposição encontra amparo no art. 32, § 1º, c/c art. 30, I, da Constituição Federal, que determina a competência do Distrito Federal para legislar sobre assuntos de interesse social.

Além disso, não há vício de iniciativa, a proposição não viola dispositivos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do Regimento Interno desta Casa de Leis, bem como não apresenta óbice de natureza regimental ou de redação e técnica legislativa para sua aprovação.

Pelo exposto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, votamos pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei n. 913/2020.

Sala das Comissões, em ...

**DEPUTADO REGINALDO SARDINHA**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO DANIEL DONIZET**  
**RELATOR**



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL XAVIER DONIZET - Matr. 00144, Deputado(a) Distrital**, em 14/07/2020, às 15:02, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Código Verificador: **0157376** Código CRC: **EA79622C**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 3º Andar, Gab 15 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Telefone: (61)3348-8152  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [dep.danieldonizet@cl.df.gov.br](mailto:dep.danieldonizet@cl.df.gov.br)

00001-00022976/2020-67

0157376v3